

A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DE GÊNERO

*Terezinha Brumatti Carvalhal**

Resumo: O presente artigo versa sobre as reflexões que vimos realizando sobre o conceito de gênero, especialmente as contribuições teóricas desse conceito, sob a perspectiva geográfica. A partir das mudanças que têm ocorrido com a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como a nova estruturação das famílias e as repercussões no âmbito político e representativo das entidades de organização dos trabalhadores, os sindicatos.

Palavras-chave: gênero, trabalho, ação sindical, movimento social, mulher trabalhadora

Abstract: *The present article turns on the contributions of authors in the constitution of the concept of sort, important the construction of this concept, under the geographic perspective. We present some changes that have occurred with the insertion of the woman in the wage-earning work, as the biggest financial independence of the woman, as well as goes to structuralize the families.*

Key-Word: *Gender - Labour - Union action - Social Movement - Hand-Worker Woman*

sort, work

WOMEN'S INSERTION ON LABOUR MARKET AND THE GENDER QUESTION

Introdução

Apesar de um objeto poder ser observado e analisado sob diversos ângulos, o fato é que, talvez pela nossa herança cartesiana, olhamos dada realidade sob um aspecto apenas, onde vemos o mundo com olhar voltado para aquilo que queremos ver e que preenche as nossas expectativas, um olhar linear e sem contradições. Diante desse limites passamos a ver com “outros olhos” a atuação da mulher no mercado de trabalho, no sindicato e na sociedade de forma geral, como atuantes e construindo seu espaço, não apenas como agentes passivas, mas como sujeitos.

Podemos pensar então, qual a contribuição dos estudos das mulheres e da questão de gênero para a Geografia e ousamos pensar se a Geografia pode se tornar uma referência nos estudos de gênero a ponto de intervir nessa realidade, se é que há a possibilidade de uma intervenção que traga mais benefícios para seu objeto de estudo, pois segundo LACOSTE, a ciência também pode contribuir para intervir negativamente em dada realidade.

Apesar de nossas leituras terem suscitado muitas dúvidas e incertezas, vamos neste momento expor nossas reflexões e esperamos que com esse exercício possamos dar mais um passo na busca da compreensão deste desafio colocado na instância da Geografia assim como no nível individual.

Tentamos demonstrar que apesar do duplo sofrimento das mulheres ao se assalariar, adotam com isso uma forma diferenciada de ver o mundo. Pois conforme LÊNIN (1980), com o trabalho na fábrica se amplia os horizontes da operária, se transformam em uma pessoa instruída e mais independente e vai se libertando das travas da família patriarcal. Para ele o desenvolvimento da grande indústria criaria a base para a plena emancipação da mulher.

Nesse sentido buscamos esclarecer algumas idéias que perpassam a forma de pensar nosso objeto, nos questionado se a “escolha” do trabalho remunerado, seria uma forma de resistência das trabalhadoras? E estariam por meio da inserção no mercado de trabalho, transformando aos poucos a ordenação da sociedade com a formação de famílias monoparentais, expressando nessas atitudes o poder de transformar sua realidade? Tentamos também refletir acerca das diversas formas de inserção das mulheres nos diversos meios, antes impensáveis para ela, como o mercado de trabalho, com cargos de chefias, nas direções de sindicais e nos partidos políticos, como uma forma de viabilizar mudanças para si e para o gênero.

Alguns exemplos de lutas

Neste ítem apresentamos as idéias de alguns autores que apontam as contribuições das feministas e do movimento de mulheres na retomada de discussões a respeito da mulher, seja nas questões específicas, como sexualidade, corpo, opressão. Vemos que concomitante à isso, houve uma crescente atuação da mulher no mercado de trabalho, como a inserção nos mais diversos movimentos sociais, seja em movimentos pelo fim da carestia implantada no país pelos planos econômicos, como movimento pela anistia política de maridos e filhos, desencadeado no regime militar, além de outros diversos movimentos de pequena amplitude, mas espalhados pelo resto do país.

Veremos que as mulheres quando ingressam no mercado de trabalho, passam a realizar funções “ditas femininas”, recebendo baixos salários em relação aos homens mesmo realizando funções similares. Associado à isso, a função remunerada pressupõe a existência da dupla jornada de trabalho e ao conflito interno por deixar casa e filhos em busca do trabalho remunerado e de sua profissionalização. E no processo de inserção no meio sindical há o surgimento da terceira jornada de trabalho, com a inserção das mulheres na política sindical, no trabalho remunerado, quando não obtém afastamento temporário para se dedicar a essa função somente e a função doméstica de cuidado com a casa e filhos.

Porém, apesar da dupla jornada ser um fator de opressão da mulher, é por meio do trabalho assalariado, realizado na maioria das vezes em âmbito público, que há a convivência com pessoas com as mais variadas posições diante do mundo, além da descoberta de um mundo mais politizado onde descobrem seus direitos como trabalhadora e como mulher. A vivência no ambiente assalariado traz melhorias para a auto-estima e a vontade de profissionalizar seus conhecimentos, o que acaba por mudar a forma de pensar seu universo apenas como mãe e dona-de-casa, mas como pessoa dotada de capacidades.

É por conta da necessidade da captação dos anseios das mulheres, e até mesmo de fortalecer as atitudes de sujeito e de construção de sua história que surge o movimento feminista. no final dos anos 60 nos Estados Unidos, com o objetivo de por fim à dominação masculina. Nas palavras de CASTELLS (1999) “existe, portanto uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” p211.

O feminismo se inicia no Brasil por influência das feministas norte-americanas a partir do final do século XIX e devido à um período de mudanças sócio-econômicas e ideológicas e de

contestação ao sistema (Leite, 1982). Por influência das mulheres que passaram muitos anos no exterior e que traziam ideais comunistas, as mulheres eminentemente da classe média, desencadearam um movimento reivindicatório que desembocou na criação de vários artigos na Constituição de 1934, que se referiam a questão da mulher e de outros que regulamentavam o trabalho feminino. Em virtude do aumento do número de grupos de mulheres, houve a necessidade da criação da Federação das Mulheres no Brasil (FMB), que reunia grupos de mulheres da classe média e do proletariado e que em 1947 contava com 47 associações femininas. Para Leite, (1982) existia uma diferença na organização do movimento da década de 30 e do movimento da década de 40, onde o primeiro dava maior importância a questão da cidadania e não percebia que a subordinação das mulheres estava vinculada a sociedade de classes, enquanto que o segundo, apesar de ser sensível a questão da divisão em classes e reivindicar igualdade na política e no trabalho, não questionava o papel social da mulher.

Da mesma forma que ocorreu no Brasil, ALAMBERT (1986), coloca que em 1966 nos EUA, surge a National Organization of the Woman (NOW), que reivindicava direito ao emprego, igualdade de salários e abolição da publicidade sexista.

As feministas passaram a reivindicar mudanças no domínio da vida privada sugerindo novas formas de casamento, no campo da cultura, sugerindo uma cultura anti-sexista e no campo da luta contra a violência e direito ao aborto. Fazem duras críticas ao examinarem o conjunto de ciências humanas e sociais, porque para elas, nestas ciências estavam expressas expressões de jargão pseudocientífico, com o intuito de veicular os preconceitos em relação às mulheres. Surge então uma literatura feminista e nesse sentido Simone de Beauvoir revolucionou a análise sobre a questão da mulher, propondo soluções radicais para o conflito entre os sexos, pois ao apelar para a dignidade das mulheres, incentivava a não aceitação à subordinação que sofriam e nem esperar que um casamento fosse resolver seus problemas de integração social. (ALAMBERT, 1986)

As feministas assinalaram, segundo SCOTT (1990), que o estudo das mulheres iria impor um reexame crítico dos critérios dos trabalhos científicos. Essa nova história se faria com analogia do gênero com a classe e raça.

E para a autora o conceito de gênero indica “uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, e insiste sobre o caráter social das distinções fundadas sobre o sexo. O termo serve para introduzir uma noção relacional das definições de feminino, que se centravam eminentemente na mulher, sem relações com o seu entorno e as relações estabelecidas por ela na sociedade.

Outra crítica apontada pelas feministas segundo ALAMBERT (1986) é de que, haveria uma discussão no interior do movimento feminista de que os marxistas ou o próprio Marx, além de Lênin e seus discípulos, não terem dado atenção teórica a questão de gênero, Mas para a autora essa afirmação é equivocada, já que os marxistas não resolveram todas as questões, além de ter dado, na sua opinião, uma interpretação científica ao tema mulher, quando colocaram que a questão feminina é uma questão social. A autora coloca ainda que os marxistas modernos é que devem ser responsabilizados pelo uso incorreto da questão da mulher, pois para ela o marxismo do passado teve o seu ... “mérito de haver delineado a estratégia de luta libertadora da mulher - a abolição da propriedade privada e a extinção da sociedade classista - proporcionando as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto toda a responsabilidade oriunda de sua condição biológica” p113..

O fato é que as feministas passaram a recorrer ao termo gênero para referir-se a organização social da relação entre os sexos.

Segundo SCOTT “ o gênero era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina” (1990 p.6) . A autora ainda aponta que no campo da historiografia, as feministas estão em posição de teorizar suas práticas e de desenvolver o gênero como categoria de análise, ao mesmo tempo em que podem reivindicar um terreno de definição, já que não havia ainda na opinião das feministas, uma teoria que não explicava as desigualdades entre homens e mulheres.

No Brasil o movimento de mulheres ressurgiu a partir da ascensão do movimento popular operário e os sindicatos decidem em 1978 realizar o 1º Congresso da operária Metalúrgica em São Bernardo do Campo. A partir daí, o movimento sindical passou a introduzir nos congressos anuais realizados pelas centrais sindicais, discussões sobre os problemas da mulher e encontros esparsos direcionados a mulher trabalhadora.

Essa iniciativa desencadeou na criação de uma organização no interior da CUT em 1986, voltada para discutir os problemas das mulheres trabalhadoras, a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, (CNQMT) e que mais tarde passou a ser chamada de Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, (CNMT).

Nesse sentido a CUT continuando sua política de apoio a mulher trabalhadora, em 1991 cria a política de cotas, onde se estipula que os sindicatos filiados a central tenha na sua diretoria a composição de 30% de mulheres, como forma de apoiar também a inserção da mulher no meio político.

Juntamente com essas questões, vieram as mudanças no campo da medicina com a criação do anticoncepcional que cria a possibilidade de controle da natalidade pelas próprias mulheres e portanto, da possibilidade de dedicar-se ao trabalho remunerado. Porém o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, tem gerado um conflito interno às trabalhadoras, que sentem por um lado que, com a chegada dos filhos há a necessidade de trabalhar para aumentar o orçamento doméstico, porém por outro lado para que tal tarefa seja realizada não há como se dedicar integralmente aos filhos.

Contraditoriamente à essa situação, LEITE (1982), o trabalho remunerado gera a possibilidade do convívio social e da visualização de uma vida melhor, além da percepção da contradição de uma vida social agitada em contraposição à uma vida privada tradicional.

Ao lado dessas questões, há outras que atingem a forma de ser das trabalhadoras, ou seja, as mulheres ao se inserirem no mercado de trabalho, enfrentam a dupla jornada de trabalho além das formas de trabalho precárias exercidas, para se manterem nesse âmbito público. Além disso, enfrentam a concorrência com os homens, com o desenvolvimento de maquinário, porém subjugada a estes pelos mais baixos salários mesmo exercendo as mesmas funções.

São as mulheres que estão na realização de trabalhos precarizados, onde segundo o DIEESE (2001), 57% das mulheres se concentram nos trabalhos informais, autônomas, enquanto que menos da metade estava no mercado formal como assalariadas registradas e funcionárias públicas.

O fato da mulher brasileira suportar a dupla jornada, é porque a mulher dona-de-casa não é conformada com sua dependência econômica e submissão ao marido. Isso se confirma tendo em vista o resultado da pesquisa realizada pelo autor, onde 53% das mulheres optaram pela autonomia ao invés de dedicarem a casa e filhos, enquanto que a opção pelo papel tradicional foi observado, conforme aumenta a idade, onde a maioria está na faixa dos 60 anos ou mais, entre as aposentadas e entre aquelas que nunca freqüentaram a escola. Ficando dessa forma demonstrado que, mesmo diante da sobrecarga de funções com a inserção no mercado de trabalho, as mulheres ainda

preferem essa condição como forma de conseguir a autonomia e independência econômica a se sujeitar exclusivamente ao trabalho de casa.

Outra questão apontada é que a medida que as mulheres alcançam maior escolaridade, aumenta também a percepção de sua condição de subalterna ao espaço doméstico e a percepção de que é com a inserção no trabalho remunerado que conseguirão obter maior independência e melhora da auto-estima, ficando clara a demonstração de resistência dessas mulheres. Essas questões também foram observadas em algumas entrevistas realizadas com algumas trabalhadoras em Presidente Prudente[1].

Outro fato que poderia indicar uma forma de resistência das mulheres está relacionado ao não afastamento do trabalho assalariado no período de sua idade reprodutiva e também durante a fase de criação dos filhos. Em São Paulo e outras capitais pesquisadas pelo DIEESE (2001) a taxa de mulheres na PEA gira em torno dos 70% na faixa etária dos 25 a 39 anos e 40% na faixa dos 40 anos ou mais. Esse fato pode indicar que tem havido adiamento da maternidade e o número de filhos tem diminuído em vista do prosseguimento da carreira. Aliado à isso a taxa de fecundidade, segundo GOIS (2002) tem caído de 2,91 em 1991 para 2,35 em 2000, gerando fatores parecidos aos países desenvolvidos, onde a média de filhos é de 2,1 filhos por casal.

A mudança no comportamento das mulheres, segundo GOIS (2002), também implica num outro processo, onde a partir dos 30 anos a mulher tende a viver cada vez mais só, pois até essa idade a porcentagem de mulheres que vivem algum tipo de união conjugal é superior que dos homens elas casam mais cedo e com homens mais velhos, a partir dessa idade a situação se inverte, com os homens vivendo uma união conjugal e culmina na faixa dos 70 anos. Isso sendo explicado por um lado pela mortalidade dos homens e sua menor expectativa de vida e por outro, porque a partir de uma certa idade, as mulheres têm dificuldade de se casarem, além da dificuldade de recasamento das mulheres divorciadas e das mulheres com filhos.

As mulheres então tem optado pela vivência individual, já que muitas vezes o casamento tem gerado muitos conflitos.

Outra situação que tem sido encontrada e exercida pelas mulheres, é a chefia feminina, ou os domicílios são sustentados pelas mulheres sejam casadas, separadas, viúvas. A autora coloca que estudos feitos em capitais brasileiras constataram que esse tipo de domicílio caracteriza-se por aqueles que não estão apenas entre os grupos mais pobres, mas são os mais pobres dentre estes grupos. Mas CARVALHO (1998), aponta também que, as relações entre a pobreza e chefia domiciliar são muito complexas e que é preciso considerar que nem toda chefia domiciliar emerge da pobreza, ela pode aumentar como resultado de processos sociais que melhorem a posição relativa da mulher na sociedade, como decisão de viver sozinha ou como resultado de uma migração familiar temporária. Em segundo lugar a autora aponta ser discutível se os domicílios chefiados por homens conseguem uma vida melhor para seus moradores, pois segundo ela, o acesso aos recursos é mais democrático nos domicílios chefiados por mulheres. A autora ainda aponta que houve um aumento de mulheres casadas na década de 80 sustentando os domicílios, antes com maior participação das solteiras, demonstrando que tem havido uma mobilização de todas as categorias pra a contribuição no sustento familiar e esse número é maior se levar em conta a inserção no mercado informal.

Assim os domicílios chefiados por homens, mas sustentados pelas mulheres pode estar se tornando uma tendência, segundo, pois, muitas pesquisas apontam que as mulheres quando estão desempregadas, assumem trabalhos temporários em detrimento dos homens que preferem permanecer desempregados até o retorno ao trabalho industrial. CARVALHO (1998) ainda aponta as vantagens dos domicílios chefiados por mulheres sozinhas, já que podem usufruir de maior

autonomia, enquanto que os domicílios mantido por mulheres mas chefiados por homens, podem representar opressão em dobro, já que se incube da geração de renda, mantém seu papel doméstico e ainda não possuem poder de decisão sobre o uso dos seus recursos no orçamento doméstico.

Diante desses fatores apontados podemos pensar, de acordo com CASTELLS (1999,) tem havido mudanças no padrão familiar, levando à crise do patriarcalismo, cujo poder era baseado na relação autoridade/dominação exercida pelo homem, como o cabeça do casal. Para o autor existem várias situações ocorrendo que podem reafirmar sua teoria de fim do patriarcalismo. Um primeiro fator é o fim dos casamentos, que leva muitas vezes á formação de lares solteiros, o segundo fator é a falta de legalização de uniões conjugais, o que enfraquece a autoridade patriarcal, diluindo então o modelo de familiar nuclear clássica. Por último a instabilidade familiar e a crescente autonomia das mulheres com relação ao seu comportamento reprodutivo e a crise familiar patriarcal estende-se pela crise de reposição populacional, onde as mulheres limitam o número de filhos, adiam o seu nascimento, ou então adotam uma criança, sendo a única responsável por elas. Da mesma forma, GOIS (2002a) aponta que de 1991 para 2000, o percentual de uniões consensuais sem casamento no Brasil aumentou para 28,9% do total de uniões, beneficiando a própria independência da mulher que antes precisava oficializar sua relação para garantir direitos.

Ainda segundo o autor, no levantamento realizado no último censo demonstrou que, de 1991 a 2000 o número de pais que cuidam de seus filhos nos domicílios brasileiros aumentou em 74,5% porcentagem maior do que as mulheres solteiras, cujo aumento foi de 58,8%. Mas apesar do aumento de pais solteiros ter sido maior, ele corresponde por somente 15,5% do total de chefes de família sem cônjuge e com filhos. Segundo o autor um dos motivos do aumento de pais solteiros é o fim precoce dos casamentos, além do fato do homem querer viver uma relação mais próxima com os filhos, e isso se deu depois que as mulheres se tornaram mais independentes e os homens então acabam buscando um novo caminho.

Do que foi exposto, podemos pensar que há uma tendência a mudanças na forma de constituição das famílias antes constituída de maneira nuclear. Isso por conta das iniciativas das mulheres que tem buscado novas oportunidades de vivência por meio do trabalho assalariado.

Vemos também que a configuração espacial delineada pelas mulheres traz novos elementos para o debate dos estudos de gênero.

Porém é importante que se tenha como pressuposto de que ao se estudar gênero deve ser levado em conta o universo relacional, ou seja, que a questão de gênero está imbricada diretamente com a sociedade, com as relações de poder entre homem e mulher, capital e trabalho, trabalhador e patrão. Lembrando que conforme ALAMBERT (1986) coloca que o poder masculino no mundo contemporâneo se baseia nas formas de produção e nas relações de produção e por isso se exercita e se reproduz na família e fora dela, no privado e no social, e que ser macho e ser marido é desempenhar os papéis determinados pelo capital.

E ao se estudar a questão de gênero permeada pela relação de classe, não devemos priorizar e nem relevar uma questão em detrimento de outra, cometendo os mesmos erros dos marxistas e das feministas, conforme ALAMBERT (1986). E ainda aponta que para o movimento feminista para se livrar da acusação de enfraquecer o movimento operário deve romper com a dicotomia no momento da análise e de que se reconheça o “nexo dialético entre o social e privado, econômico e o cultural, entre o material e o psicológico, entre as relações de produção e as relações interpessoais, entre a infra-estrutura e a superestrutura que dela deriva” (p. 121), se quiser contribuir, realmente, do ponto de vista teórico, para resolver de modo global a questão feminina. Do ponto de vista prático, a autora coloca que isso será importante para que o feminismo possa se estruturar como movimento

social privilegiado para a luta libertadora da mulher, onde o movimento da luta de classes não se oporá a luta pela libertação da mulher.

Dessa forma o desafio está colocado para as feministas como para os demais interessados na questão da mulher.

Bibliografia

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo. O Ponto de Vista Marxista*. São Paulo: Nobel, 1986, 131p.

BRUMATTI, Terezinha. *A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma "leitura" geográfica*. Relatório final de bolsa PIBIC/CNPq, julho de 1998.

BRUMATTI, Terezinha. *Participação e atuação política da mulher nas entidades sindicais de Presidente Prudente/SP*. Monografia de Bacharelado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999. 91p.

CARVALHAL, Marcelo D. *Contribuição para a "leitura" geográfica do movimento sindical em Presidente Prudente/SP, a partir da imprensa operária*. Relatório parcial de pesquisa PIBIC/CNPq/UNESP. Presidente Prudente, 1997(mimeo)

CARVALHAL, Marcelo D. e THOMAZ Jr., Antonio "A comunicação sindical frente à ofensiva neoliberal" In: *Revista Geografia em Atos*. Presidente Prudente/SP: Departamento de Geografia/FCT/UNESP, 1999.

CARVALHAL, Marcelo D. *A comunicação sindical em presidente Prudente/SP: elementos para uma leitura geográfica*. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000a, 215p.

CARVALHAL Terezinha B. A Questão de Gênero sob a perspectiva sindical. In: *Pegada*, volume 1, número 1, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, p. 81-94, 2000b.

CARVALHAL Terezinha B. A Questão de Gênero sob a encruzilhada sindical. In: *Pegada*, volume 2, número 2, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, p. 57-64, 2001.

CARVALHO, Luzia M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e de chefia domiciliar. In: *Estudos Feministas* v.6 n° 1 /98, p. 7-33.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 530 p.

CASTRO, Nadya Araújo e GUIMARÃES, Iracema Brandão. "Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução". In: *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília: Editora UnB, 47-72p., 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *II CONCURTO - Teses e Resoluções*. São Paulo: CUT, 1986.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *III CONCURTO - Teses e Resoluções*. São Paulo: CUT, 1988

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *IV CONCURT - Teses e Resoluções*. São Paulo: CUT, 1991.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *V CONCURT - Teses e Resoluções*. São Paulo: CUT, 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *9º PLENCUT – Plenária Nacional da Central Única dos trabalhadores. Texto Base*. São Paulo: CUT, 1999.

DIEESE *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001, 352p.

GUTERRES, Simone Bastos. *Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian. Gênero e desigualdade. In: *Cadernos Sempre Viva*. São Paulo: Sempre Viva Organizações Feministas, 1997, 52p.

FREDERICO, Liane. *Mulheres e trabalho: Experiências de mulheres bóias-frias de Santa Rita D'Oeste, entre as décadas de 1970 a 1990*. Trabalho de conclusão de Curso. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Colegiado do curso de História. UNIOESTE. Marechal Candido Rondon – PR, 2000.

GOIS, Antonio. Mulher é a responsável por uma em cada quatro moradias. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 dez, 2001. Censo 2000 – Página Especial, p. 4.

GOIS, Antonio. Mulher tende mais a viver só. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 de maio de 2002. Censo 2000, Página Especial, p A1-A6, 2000a.

GOIS, Antonio. País tem mais mães adolescentes. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 de maio de 2002. Censo 2000, Página Especial, p A1-A6, 2000b.

LACOSTE, Yves. *A geografia. Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1997, 263p

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A operária metalúrgica*. São Paulo: Semente Editora, 1982. 160p.

LENIN, V. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.

LESSA, Sergio. *A ontologia de Luckas*. Maceió: EDUFAL, 1996, 146p.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: *O manifesto Comunista 150 depois*. REIS FILHO, Daniel Aarão(org.). Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Editora Moraes LTDA, 1987, 207p.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MOREIRA, M. Fátima S. *Fronteiras do Desejo*. 1999. 463 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Maria H. P. de *A mulher no mercado de trabalho (um estudo sobre a força de trabalho feminino no setor secundário em Presidente Prudente/SP)* Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996

ROSSINI, Rosa Ester *Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista* Tese livre-docência. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

ROSSINI, Rosa Ester *Serra Azul: o homem e a cidade*. Dissertação de Mestrado São Paulo: FFLCH/USP, 1971.

ROSSINI, Rosa Ester “As geografias da modernidade - Geografia e Gênero - Mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto.” In: *Revista do Departamento de Geografia/NEMGE* – Universidade de São Paulo, n.º12, p. 7-26, São Paulo, 1998.

ROY, Lise. *O modo de ser mulher na reestruturação produtiva*. Campinas: Editora Alínea, 1999, 157p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987, 120p.

THOMAZ JR. Por uma Geografia do Trabalho. *Pegada*, v.3, Número Especial, agosto de 2002, Presidente Prudente, CEGeT, 2002a.

THOMAZ Jr., Antonio *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002b.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. In: *Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Ibéroamericana*, 1., 1999, Santiago de Compostela. Actas... Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

TOLEDO, José R. Para homens, trabalho se inicia aos 13. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 mar., 2002. Folha Trabalho, Página Especial, p. 1-8.

* Mestranda do curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). *E-mail: tbrumatti@hotmail.com*

[1] Essas entrevistas estão sendo realizadas em algumas categorias escolhidas, para o aprofundamento de nossa pesquisa sobre a participação da mulher nos sindicatos. Em fase anterior aplicamos 135 questionários às trabalhadoras, mas tendo em vista as sugestões da banca de Qualificação, achamos conveniente a retomada do contato com as trabalhadoras, sob a forma de entrevistas, além da retomada de questões com algumas sindicalistas.